



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51 3474-1887 / 3474-1226 - Fax 3474-1081



Processo nº 0147.001.0005779

Requerente: Vereadora Raquel Moraes (do Posto)

Súmula: Projeto de Lei : que "institui no calendário Oficial da Cidade a Encenação da Paixão de Cristo".

### RELATÓRIO

Trata-se proposição legislativa, de autoria de vereadora com assento nesta Câmara de Vereadores, cujo escopo "institui no calendário oficial da cidade a encenação da Paixão de Cristo". Vem o feito instruído com mensagem justificativa e projeto de lei anexo.

### PARECER

A competência municipal para instituir datas comemorativas emana da Lei Orgânica Municipal, que estatui:

*Art. 7º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*(...)*

*XXXIV - dispor sobre espetáculos e diversões públicas;*

Já a competência da Câmara Municipal para iniciativa de projetos sobre a matéria é fixada pela LOM:

*Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, **com a sanção do Prefeito**, sobre todas as matérias da competência do Município, (...). **Grifamos.***

A proposta em exame, à primeira vista, não se situa fora da esfera de atuação do Poder Legislativo, considerando que a autonomia legislativa para assuntos de interesse local é garantida pela Constituição Federal, inclusive no que diz respeito a suplementar a legislação federal e estadual, no que couber (art. 30, I e II), e levando em conta que a regulamentação da competência legislativa a nível municipal (Lei Orgânica) não contém nenhuma disposição que reserve privativamente ao Poder Executivo a iniciativa sobre fixação de



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax 3474-1081



datas comemorativas e eventos municipais, sendo requisito nesse aspecto apenas que o ato se dê *com a sanção do Prefeito*.

Entretanto, observamos que da redação do art. 1º consta a atribuição ao Município não apenas da data comemorativa, mas da obrigação de realizar um determinado evento. O artigo 2º, por sua vez, consigna a competente fixação de despesa pública para essa realização, situando o projeto ao alcance da vedação contida na Lei Orgânica Municipal:

*Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:*

*(...)*

*III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública Municipal;*

*IV - proposições que geram despesas ou que comprometam receitas do Município.*

No artigo 3º, por sua vez, o projeto incorre em violação ao princípio da impessoalidade, eis que designa especificamente determinada instituição religiosa para figurar no corpo da Lei como responsável pela promoção do evento que seria subsidiado pelo erário.

Finalmente, quanto ao último, que "revoga as disposições em contrário", cumpre ressaltar que tal expressão não mais se emprega no ordenamento jurídico brasileiro desde a edição da Lei Complementar nº 107/2001, que alterou a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 95/1998:

*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

Por tais motivos, e considerando que a designação de atribuições (obrigações) às secretarias e órgãos do Poder Executivo Municipal está inserida na esfera de competência privativa do Prefeito, entendemos que



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



ocorre na espécie interferência na organização e funcionamento da Administração.

Ante o exposto, encaminhamos o parecer no sentido da existência de **vício de inconstitucionalidade formal**, consubstanciado na iniciativa da proposição pelo Poder Legislativo, sendo o mérito das medidas propostas de competência privativa do Poder Executivo.

Sapucaia do Sul, 16 de março de 2017.

**Pablo José Camboim de Souza**  
Advogado – OAB/RS 50.493  
Matrícula 881

Aprovo o parecer.

**João Roberto da Fonseca Junior**  
Procurador Chefe  
OAB/RS 69/257